



## **POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: ANÁLISE DISCURSIVA DA LEITURA EM DOCUMENTOS OFICIAIS EM INTERFACE COM A IDEOLOGIA NEOLIBRAL\***

*Antonieta Mírian de Oliveira Carneiro Silva<sup>1</sup>  
Simone Natividade<sup>2</sup>*

### **PARA INÍCIO DE CONVERSA**

As políticas educacionais no Brasil, a partir da década de 1990, são marcadas por forte influência dos princípios neoliberais nos planos de metas, como a LDB nº 9394/96 e o Plano Nacional de Educação/PNE, e tem atendido a quatro estratégias essenciais que colocam o neoliberalismo como ideologia global de organização da sociedade articulado com as políticas de Estado, a saber: o corte nos gastos públicos; a privatização; a centralização dos gastos sociais públicos em programas seletivos contra a pobreza e a descentralização. Assim, as ações do Estado estão em consonância com as reformas educacionais decorrentes de tais estratégias operadas mundialmente, visando fortalecer os laços entre "[...] escolarização, trabalho, produtividade, serviços e mercado" (Azevedo, 2004, p. 11) e isentam-se de críticas às estruturas sociais e mantêm a ideologia capitalista de investimento em indivíduos que devem ser transformados pelas ações compensatórias e assistencialistas asseguradas através das políticas públicas.

No contexto das políticas públicas educacionais no país emergem as políticas de leitura. Convenhamos ser uma situação um tanto paradoxal, uma vez que leitura, educação e ensino não são instâncias indissociáveis e estão intrinsecamente relacionadas com as condições sócio-históricas dos sujeitos. A crise não é tão somente da leitura: é da educação, do ensino e, mormente do modelo atual de produção, circulação e distribuição da riqueza que é socialmente produzida.

Nesse sentido, a abordagem sobre o tema da leitura exige, mesmo de forma breve, a exposição de algumas peculiaridades históricas no que diz respeito a sua concepção e materialização em solo brasileiro. Os discursos em favor da leitura e a preocupação com a formação leitora do país vêm de longas datas, muito embora a história revele que a leitura no Brasil foi, e ainda é marcada pela censura, exclusão e pelo caráter elitizado o que, conseqüentemente, tem constituído um abismo à apropriação pelos sujeitos da classe oprimida dos conhecimentos socialmente produzidos pela humanidade.

---

\* Artigo produzido para a disciplina Análise do Discurso na Pesquisa Educacional - 2012.2- ministrada pela profa. Dra. Maria do Socorro A. Oliveira Cavalcante. E-mail: msaoc@hotmail.com  
Programa de Pós-Graduação em Educação da UFAL. Mestrado em Educação. Linha de História e Política da Educação.

<sup>1</sup> Mestranda em Educação PPGE/UFAL, Especialista em Novos Saberes e Fazeres da Educação Básica pela UFAL, Graduada em Pedagogia pelo CEDU/UFAL, integrante do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas, História e Discurso. Integrante do Grupo de Estudos Discurso e Ontologia – GEDON. E-mail: amocsilva@hotmail.com

<sup>2</sup> Mestranda em Educação PPGE/UFAL, Especialista em Educação em Direitos Humanos pela UFAL, Graduada em Letras pela FALE/UFAL, integrante do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas, História e Discurso, Integrante do Grupo de Estudos Discurso e Ontologia – GEDON. Bolsista: FAPEAL. E-mail: simonemestrado\_sp@hotmail.com

Se na colonização o acesso à leitura era para poucos e na ditadura o acesso era visto como ameaça ao Estado, nos governos ditos democratizantes a leitura é apresentada como prioridade. Contudo, a ênfase na formação da nação leitora necessita de questionamentos, pois tem silenciado o debate muito mais amplo do substrato gerador do “distanciamento” dos sujeitos aos variados suportes de leitura, uma vez que estão camuflados os reais interesses da classe dominante com a formação de uma sociedade leitora. Percebemos a ressignificação dos discursos, embora a gênese do problema permaneça intocável e inalterada, pois tocá-la significaria desvelar a lógica do modelo perverso de sociedade que se sustenta na exclusão e na exploração do homem pelo homem.

As Formações Ideológicas dominantes sobre livro e leitura como privilégios de alguns, construídas ao longo da história da educação e da leitura no país, vêm adquirindo ressignificações, pois o domínio da leitura e da escrita tem sido condição básica para viver e interagir na sociedade capitalista. Não interessa ao sistema econômico vigente uma exclusão ao extremo, por isso é preciso possibilitar às massas excluídas um “domínio” básico que atenda às necessidades do mercado econômico mundial; muito embora a exclusão continue existindo de forma ora mascarada, ora obliterada e remediada.

As políticas públicas de leitura fomentadas pelo Estado brasileiro têm focado nos processos externos de aquisição e distribuição de acervo junto às escolas, com o intuito de democratizar o acesso das camadas populares excluídas da leitura. Contudo, a gênese da necessidade do acesso é mascarada e são escamoteadas as problemáticas que põem em risco a manutenção da ordem dominante do capital. No contexto de fomento das políticas públicas de leitura algumas questões carecem ser refletidas para além da Formação Discursiva do Mercado: Seria apenas uma questão de vontade política para resolver o problema dos excluídos da leitura? Em que medida o acervo financiado pelo Estado e disponibilizado para a população excluída atende às necessidades de emancipação dos sujeitos? Qual o sentido da leitura para o mercado/capital? A que tipo de leitura tem acesso os excluídos e os explorados pelo sistema de produção? Estas questões contribuem para o desvelamento dos silenciamentos nos discursos de leitura uma vez que para respondê-las – embora estejam distante de respostas prontas e acabadas – implicaria na análise das condições amplas e restritas nas quais esses discursos emergem e se sedimentam.

Pretendemos desvelar, dentro dos limites dessa discussão, os silenciamentos nos discursos sobre a importância da leitura e os reais interesses da centralidade da leitura; tal centralidade não é neutra, pois não há formação discursiva desprovida de ideologia. Nesse sentido, conforme Florêncio; Cavalcante (2009),

A circularidade de discursos na sociedade propicia, pois, a manutenção ou alteração de regras sociais determinadas das relações de dominação, que somente poderão ser detectadas no empreendimento da descoberta de sentidos silenciados ou obscurecidos no dizer. (FLORÊNCIO; CAVALCANTE, 2009, p. 64).

Não nos enganemos com a centralidade da leitura na sociedade capitalista, pois tem consolidado a burguesia enquanto classe dominante e tem fortalecido as concepções e os interesses

dessa classe como a de que o meio apresenta as mesmas oportunidades de ascensão aos seus membros, dentre os quais só os mais capazes superaram os obstáculos e se impõem, por terem sabido explorar as chances oferecidas. A temática abordada é importante uma vez que contribui para o desvelamento das condições que os sentidos da leitura são produzidos e determinados a partir do contexto sócio-histórico que deve ser levado em conta.

O presente trabalho versa sobre os discursos de leitura em sua interface com a ideologia neoliberal e tem como corpus de análise sequências discursivas retiradas dos Documentos das Reuniões Internacionais de Políticas Nacionais de Leitura para América Latina e Caribe, entre 1992 e 1994, e de uma publicação do Programa Nacional Biblioteca da Escola/PNBE intitulada “Por uma Política de Formação de leitores”. Então, para desvelar os efeitos de sentido ocultados nesses discursos, nos apoiaremos nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa doravante (AD) e fundamentaremos as discussões em autores como: Mikhail Bakhtin/Volochinov, Orlandi, Pêcheux, dentre outros que possibilitam o desvelamento dos silenciamentos contidos nos discursos em torno das políticas públicas de leitura.

### SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS SOBRE LEITURA EM DOCUMENTOS OFICIAIS

Dando prosseguimento a discussão, temos como propósito a partir de agora analisar, mesmo que sucintamente, algumas sequências que julgamos bastante representativas para a temática apresentada nesse trabalho. Começemos por uma sequência dos “Documentos das Reuniões Internacionais de Políticas Nacionais de Leitura para América Latina e Caribe, entre 1992 e 1994”

***“É função primordial do Estado ocupar-se dos direitos básicos da população e de seu desenvolvimento econômico e social. A leitura constitui-se num desses direitos e contribui para o desenvolvimento”. (REUNIÕES, 1994, p.16)***

Na sequência temos que “É função primordial do Estado ocupar-se dos **direitos básicos** da população e de seu **desenvolvimento econômico e social**”. Quais são esses **direitos básicos**? Quem os determina? O direito ao lazer e o direito à greve seriam considerados básicos? A não especificação desses direitos provoca uma generalização que acaba silenciando as obrigações do Estado e passando a ideia de que direitos básicos podem ser direito à vida, direito a ir e vir, votar e ser votado... Reduzindo direitos apenas ao que interessa à manutenção da ordem e à expansão do modelo de produção capitalista.

Na mesma linha vem a função do Estado de ocupar-se do **desenvolvimento econômico e social** da população. Qual o sentido de desenvolvimento na sequência? É possível no modo de produção capitalista desenvolvimento econômico e social igualitários? A partir de que lugar esse sujeito enuncia? A quem ele defende?

Nesse sentido Bakhtin (1999) comenta que [...] “classes sociais distintas utilizam o mesmo sistema linguístico e que, conseqüentemente, os signos são impregnados de valores axiológicos contraditórios” (idem, 1999, p.46). Em virtude disso, segundo o filósofo russo, “o signo se torna a



arena onde se desenvolve a luta de classes” (idem,1999, p.46). E nesse embate, “a classe social dominante tenta tirar do signo seu caráter plurivalente, ocultar seus traços ideológicos e transformá-lo em monovalente”. (Bakhtin, 1999, p. 47).

O desenvolvimento através da leitura somente teria sentido se esta se configurasse enquanto instrumento de combate a alienação e a ignorância e propiciasse a autêntica autonomia e emancipação. Mas é relevante salientar que não será qualquer leitura que leva a uma tomada de consciência e de postura visando à emancipação humana. Pêcheux (1988) afirma que;

O sentido das palavras (...) não é dado diretamente em sua relação com a literalidade do significante; ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio histórico no qual as palavras e expressões são produzidas. (PÊCHEUX, 1988, p.160).

A leitura por si só não traz desenvolvimento econômico e social. Não se trata apenas de uma questão de vontade política do Estado para garantir os direitos básicos, entre estes a leitura, pois segundo Bertoldo (2007) “a resolução das políticas educacionais estão atreladas à questão da objetividade econômica e não apenas à subjetividade dos indivíduos” (Bertoldo, 2007, p. 5). Por isso, mesmo que o Estado se ocupasse de tais direitos, esse desenvolvimento econômico e social não seria para todos e estaria circunscrito aos interesses do capital.

As estratégias neoliberais só têm acentuado a exclusão e feito proliferar cinicamente a ideologia do direito “subjetivo”. No direito burguês, “todos os homens são iguais, mas há alguns que são mais que outros”! (Pêcheux, 1995, p.27). O direito à igualdade de oportunidades preconizada pelo aparato jurídico burguês não significa o direito às mesmas igualdades de condições para todos, e nem poderia, pois o exercício deste direito exige outro modelo de produção, circulação e distribuição de riqueza para além da exploração do homem pelo homem.

Com a democratização do acesso, os excluídos da leitura passariam a “não existir”, pois se não tem como adquirir/comprar livros terão nas escolas públicas acervos que chegam através de políticas públicas financiadas pelo Estado. Por tal sofisma, só não será leitor quem não quiser. Não estaria aqui o reforço condicionante do discurso “do não gosto de ler”? Sobre isso, Pêcheux apud Florêncio e Cavalcante (2009) afirma que;

o funcionamento da ideologia burguesa da exaltação à autonomia, aprisiona todos os aspectos da subjetividade, inclusive o discursivo, pois tenta apagar o processo de subordinação-assujeitamento, fazendo com que os sujeitos se julguem fonte de seus discursos. (PÊCHEUX apud FLORENCIO; CAVALCANTE, 2009, p. 58).

A memória discursiva da leitura no Brasil foi (e é) construída em movimento ora pragmático; ora como panaceia; ora piegas e ora como fetiche, tendo sempre em comum a exaltação à escolha individual do sujeito e o reforço da “teoria do dom”; como se o sujeito já nasce gostando ou não de ler. Não nos enganemos quanto às oscilações desses discursos sobre leitura, pois coincidem com o que o modelo de produção vigente determina que seja ou não prioritário à sua manutenção e sua ampliação em determinado momento sócio-histórico.



O Volume 1 do documento “Por uma Política de Formação de Leitores” (PNBE/2006) traz uma sequência que merece reflexão, pois expõe a concepção de leitura e conseqüentemente de leitores que atravessam os documentos oficiais.

*“Basicamente a leitura engloba duas dimensões distintas, complementares e decisivas para a **formação do pensamento autônomo: a fruitiva e a informativa**”. (Volume 1- “Por uma Política de Formação de Leitores”, p. 23/ ano 2006)*

O não dito desta sequência é que existem outras dimensões que envolvem a formação do pensamento autônomo, mas não são básicas, entendamos como não são importantes. Se basicamente são essas duas dimensões que formam o pensamento autônomo, então, de que autonomia o discurso refere-se e sob que condições de produção ela é exercida?

Há um silêncio no que tange a contestação e o estranhamento como dimensões da leitura. E diante disso não seria exagero dizer que a autonomia dessa sequência é consensiosa e circunscrita aos interesses do capital. Para além das dimensões fruitiva e informativa, ler numa sociedade tão desigual como a nossa deveria ser, no mínimo, tomada de consciência da condição de explorado a qual os sujeitos estão submetidos. Por isso, o texto não pode ser encarado, segundo Orlandi (1993),

apenas como produto, mas deve-se procurar observar o processo de sua produção e, logo, da sua significação. Correspondentemente, considera que o leitor não apreende meramente um sentido que está lá; o leitor atribui sentidos ao texto. Ou seja: considera-se que a leitura é produzida e se procura determinar o processo e as condições de sua produção. (ORLANDI, 1993, p.37).

Entretanto, os discursos que atravessam as políticas públicas de leitura no país têm esvaziado as relações entre leitura e texto. Para Zilberman (2004) quando a leitura está distanciada de seu objeto, torna-se um substantivo vazio, mas logo preenchida pela classe dominante com novos conteúdos, de coloração pragmática: nesse sentido aprende-se a ler para vencer na vida e prosperar, desconsiderando que as condições de produção da leitura não estão dissociadas das condições materiais dos sujeitos.

Nesse sentido, no documento “Por uma Política de Formação de leitores”, há uma sequência que apresenta, nas linhas e entrelinhas, a democratização dos suportes de leitura como solução para a redução das desigualdades. Reduzem-se os problemas sociais à falta de acesso à leitura e é camuflado o substrato gerador das desigualdades.

*“O destaque nesse momento dado à leitura deve-se ao fato de que **os suportes dos quais se vale não serem facilmente acessíveis a toda a população**” “E entende-se ser esta uma tarefa de Estado: possibilitar o acesso a todos, **democratizando os meios que podem contribuir para a redução da desigualdade**” (“Por uma Política de Formação de leitores”; p. 24/ ano 2006)*

Vejamos pela sequência que as desigualdades existem, mas seria apenas uma questão de democratização dos suportes de leitura para que fossem reduzidas; não erradicadas. A tarefa do Estado é de possibilitar o acesso a todos e não de garantir. Na sequência fala de redução da



desigualdade, não de erradicação. Agora, por que as desigualdades existem? Por que podem ser reduzidas e não erradicadas? Por que da necessidade do acesso? A discussão sobre a relevância da leitura não está fora da ideologia e muito menos do contexto do modelo de produção da riqueza.

A democratização dos suportes de leitura não vai retirar do sujeito sua condição de explorado e muito menos garantir por si só a ascensão social. A leitura, apesar dos discursos acalorados sobre sua importância, continua privilégio de uma elite dominante. Por outro lado tem adquirido uma função útil na manutenção e ampliação de relações centradas no modelo de produção capitalista, vejamos que um simples ato de manuseio de cartão eletrônico requer certa habilidade de leitura.

### **BREVE ARREIMATE**

As formações discursivas neoliberais apresentam a leitura como fator preponderante para o desenvolvimento econômico e social e nestas estão subjacentes os interesses do modelo de produção capitalista expressos sob a égide da política, pois de acordo com Orlandi (2001; p.21) "não há dizer que não seja político". A mesma autora ainda coloca que "a leitura é produzida em condições determinadas, ou seja, em um contexto sócio-histórico que deve ser levado em conta" (op.cit.p.21). O discurso é ideológico, toda formação discursiva diz a partir de um lugar e produz "a ilusão de estar refletindo a realidade." Orlandi (2006).

Assim o discurso que atravessa os documentos oficiais que institucionalizaram as políticas públicas de leitura no Brasil a partir da década de 1990 está sob os auspícios da Formação Discursiva do Mercado regida pelas relações neoliberais. Nesse sentido, Pêcheux (1988), corrobora ao dizer que;

aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.). (PÊCHEUX,1988, p.160).

As políticas de leitura são também mecanismos de adaptação e de reprodução, uma vez que o que é permitido às massas excluídas ler passa pelo crivo do Estado que tenta camuflar os "conflitos suscitados pelas contradições das modalidades de produção mais desenvolvidas [...] esses conflitos envolvem de modo cada vez mais profundo a totalidade da vida social". (LUCKÁKS,1978, p.11). A proteção ao *status quo* burguês implica minar qualquer ideologia que possa produzir formas através das quais "os homens tornam-se conscientes desses conflitos e neles possam se inserir mediante a luta". (idem, 1978, p.11). Então, não tenhamos dúvidas de que ler pode ser perigoso; universalizar leituras sem controlá-las é dar voz e vez aos excluídos. O resultado disso? Teríamos que viver para saber. Afirmamos convictamente que leituras que façam críticas ao sistema capitalista, à condição de excluído dos sujeitos, como também a possibilidade real de um modelo de sociedade para além de capital estão longe de chegar às escolas públicas e às massas excluídas e tampouco financiadas pelo governo. Destarte não será qualquer leitura e nem qualquer mediação que vão possibilitar aos sujeitos pensar na perspectiva da emancipação humana.



Longe de qualquer conclusão, fica como ponto continuativo nessa nossa discussão o seguinte questionamento: Qual o sentido das práticas de leitura se o sujeito leitor não encontrar nelas a oportunidade de elaborar e reelaborar um conhecimento de mundo que o permita, enquanto ser sócio-histórico, a crítica à sociedade na qual está inserido, como também, à sua própria condição de existência e às relações que produzem essa existência? Não se trata do que a leitura pode fazer com as pessoas, mas o que as pessoas podem fazer com a leitura. O que podemos fazer?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Janete M. L. de. *A Educação como Política Pública*. São Paulo/Campinas: Autores Associados, 2004.
- BAKHTIN, M. VOLOCHINOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BERENBLUM, Andrea. *Por uma política de formação de leitores*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.
- BERTOLDO, Edna. *Crítica marxista às políticas educacionais no Brasil*. Anais Encontro Regional Trabalho, Educação e Formação Humana. Fortaleza, 06 a 9/6/2007.
- FLORENCIO, Ana Maria Gama [et al], *Análise do discurso; fundamentos e práticas*, Maceió: EDUFAL, 2009.
- GARCIA ROSA, Flávia Goullart Mota; ODDONE, Nanci. *Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n3/v35n3a17.pdf>>. Acessado em 03 de março. 2013.
- HERBERT, Thomas [PÊCHEUX, Michel]. Observações para uma teoria geral das ideologias. Tradução de Carolina M.R. Zuccolillo, Eni P.Orlandi e José H. Nunes. *Rua*, Campinas, n. 1, p.63-89, 1995. Tradução de: *Pour une théorie générale des idéologies*, 1968.
- LUKÁCS, George. *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. In: *Temas de Ciências Humanas*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, n. 4, 1978, p. 1-18.
- ORLANDI, Eni. *Discurso e leitura*. 2ª ed. Campinas, SP: Cortez; São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993. (Coleção passando a limpo.)
- \_\_\_\_\_. *Discurso e leitura*. São Paulo. Cortez: Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Análise de discurso*. In: ORLANDI, Eni P.: LAGAZZI-RODRIGUES, Susy (Orgs.) *Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas. SP: Editora da UNICAMP. 1988.
- \_\_\_\_\_. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1995.
- \_\_\_\_\_. REUNIÕES internacionais de políticas nacionais de leitura: América Latina, Caribe–Mercosul, pacto amazônico e grupo dos três. [S.l.: s.n.], 1994. 56 p.
- ZILBERMAN, Regina; SILVA, Ezequiel Teodoro da. *Leitura - perspectivas interdisciplinares*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2004